ENTREVISTA COM TULIO HALPERÍN DONGHI

Ao portenho Tulio Halperin Donghi cabe, como a poucos, a qualificação de historiador latino-americano. Foram várias as gerações de estudantes que, graças à sua obra, puderam conceber uma visão global da América Latina. A seus trabalhos sobre a história argentina Halperín acrescentou inúmeros outros de história comparada de distintos países latino-americanos e uma história geral da América Latina desde as independências nacionais.

Há vários anos Túlio Halperin trabalha na Universidade da Califórnia em Berkeley, mas sem nunca abdicar da condição de cidadão pleno de todas as Américas. Sorte de quem com ele se encontra em algum evento ou lugar e pode desfrutar de sua sabedoria e fina ironia. A entrevista que se segue foi feita por Diego Armus e Mauricio Tenorio Trillo em Berkeley, Califórnia, em novembro de 1993.

1. Um historiador latino-americano na academia norte-americana: das "circunstâncias do intercâmbio intelectual nos Estados Unidos" à "esquizofrenia" do intelectual na América Latina

– O senhor concluiu seus estudos na Universidade de Buenos Aires. Foi para Paris, onde trabalhou com Braudel. Retornou a Buenos Aires. A partir de 1966, logo depois do golpe militar ocorrido naquele ano, iniciou uma demorada peregrinação pelo mundo acadêmico anglo-saxão, com paradas em Harvard e Oxford, para se fixar finalmente em Berkeley onde vive há mais de duas décadas. Gostaríamos que o senhor, como observador e participante desse mundo universitário, comentasse o que significa ser um historiador latino-americanista na Europa ou nos Estados Unidos e que mudanças observou nesses últimos 20 anos.

– De um ponto de vista meramente autobiográfico, entre a conclusão de meus estudos em Buenos Aires e meu

Nota: Esta entrevista foi traduzida por Francisco de Castro Azevedo

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 133-144.

"ingresso no mundo acadêmico anglo-saxão", transcorreu uma etapa não muito longa, mas que sempre me pareceu mais importante que a que veio em seguida, na qual trabalhei e ensinei na Argentina.

Quando comecei a circular pelo mundo, não sabia que isto acabaria se tornando mais ou menos definitivo, porém mesmo depois minha situação não chegou a ser aquela típica de um historiador que faz história latino-americana nos Estados Unidos: quase todas as minhas publicações estão em espanhol e foram escritas para um público que não é o que a história latino-americana tem nos Estados Unidos.

De qualquer forma, essa experiência atípica confirma algo que é óbvio — que fazer história da América Latina, e não necessariamente de uma nação latino-americana específica, é menos difícil nos Estados Unidos (e também em alguns centros europeus) do que em qualquer país da América Latina.

Lembro-me de que, quando decidi escrever na Argentina aquela que se tornaria a *Historia contemporanea de América Latina*, a minha fonte para a Venezuela acabou sendo a *Historia constitucional* de Gil Fortoul, uma obra que, datada de 1907, francamente me parece superior a muitas posteriores.

Não se trata, porém, apenas de dificuldades bibliográficas, mas também do fato de que a perspectiva latino-americana, muito presente entre os fundadores de nossas historiografias nacionais, foi depois bastante marginalizada, até mesmo para o período colonial, a tal ponto que sua redescoberta – pelo menos no caso da Argentina – está ligada à dispersão de nossos melhores colonialistas no período de turbulências por que o país passou recentemente.

– O senhor vê diferenças entre um historiador latino-americanista francês, um inglês e um norte-americano?

– Certamente, pois pertencem a tradições historiográficas diferentes e funcionam em sistemas acadêmicos também diferentes. Acho que conheço razoavelmente bem a situação da história latino-americana nos Estados Unidos e na Inglaterra, e aquilo que as distingue se verifica também em outros campos historiográficos.

Nos Estados Unidos, a carreira do historiador o leva a enfrentar uma sucessão de provas que lembram as de uma corporação medieval: tem que fazer determinadas coisas em determinada ordem, e isto se reflete naquilo que produz desse modo ritualizado, que adquire não apenas certa regularidade de ritmo, mas freqüentemente também certa previsibilidade no que diz respeito ao conteúdo. O resultado é uma corrente de produção historiográfica homogênea, sólida e quantitativamente rica.

Na Inglaterra, ao contrário, encontramos uma produção muito mais irregular em volume e ritmo, bem como em qualidade. O resultado é menos previsível – as coisas ruins são ruins de verdade, mas a proporção das contribuições que trazem novidades valiosas e importantes é surpreendentemente alta, levando-se em conta o número de pessoas que rondam a profissão e os parcos recursos investidos. É como se entrasse em ação uma lei de rendimento decrescente, sobre a qual, no clima atual de penúria, não convém tecer comentários demorados, para não darmos más idéias aos que já nos tratam com tanta mesquinhez.

– O fenômeno da fragmentação, que atinge a disciplina histórica como um todo, leva ao surgimento quase cíclico de histórias especializadas que se pretendem novas. Como avalia seus resultados?

– Essa fragmentação reflete vários processos de mudança que vieram avançando paralelamente.

Um deles foi a passagem para o primeiro plano da história do período inde-

pendente da América Latina (para a qual é difícil evitar de todo o marco nacional), com o encerramento de um extenso período em que, tanto na Europa como nos Estados Unidos, o núcleo da história latino-americana esteve no período colonial. A história colonial tradicional tinha uma unidade geográfica, a América espanhola ou portuguesa, e uma unidade temática, o próprio fenômeno colonial, que começou a ser tratado sob uma perspectiva institucional e administrativa, mas passou a ser cada vez mais associado à implantação de relações de dominação a partir da conquista.

Essa concentração no período colonial foi ultrapassada quando a história encontrou um novo lugar entre as disciplinas sociais que se ocupavam de uma América Latina que começava a ser analisada sob uma ótica implicitamente atualista – ou seja, a partir de 1960. Desde então delineia-se uma divisão crescente entre colonialistas, mexicanistas, chilenistas e tantas outras especializações que antes não eram tão marcadas e que continuam sendo minuciosamente especificadas nos anúncios de vagas para docentes nos *colleges* e universidades.

Mas essa fragmentação reflete também um fenômeno que excede o campo latino-americano: a descentralização da disciplina como tal, acentuada em suas conseqüências pelas dificuldades cada vez maiores que o avanço profissional enfrenta, obrigando os historiadores a chamarem a atenção para as suas contribuições, que declaram ser sempre audazmente originais, seja isto verdade ou não. Isto aumenta a impressão de dispersão, devido à presença de tantos enfoques e temas que proclamam aos gritos sua novidade.

– O senhor acredita que em um futuro próximo surgirão histórias que ofereçam visões gerais, hoje perdidas nessa fragmentação?

– Não sei. O pressuposto é que se faz a história de alguma coisa porque se deseja ver mais claramente algo que já se percebe difusamente. Enquanto não renascer uma certa fé na presença de certo núcleo temático no próprio objeto, talvez seja preferível evitar a proposta de visões gerais que têm como ponto de partida estímulos extrínsecos, sejam eles profissionais ou acadêmicos. O que na verdade está por baixo dessa fragmentação temática, intensificada talvez por razões até certo ponto frívolas, é a descentralização da visão da sociedade, que temo reflita mudanças na própria sociedade. Dessa forma, a reunificação temática pode depender bem menos do que se passa na historiografia do que daquilo que acontece no mundo.

– Insistindo na questão da fragmentação, e também no modismo dessas novas histórias, pode-se dizer que as duas que irromperam com mais força ultimamente são, de um lado, a história dos discursos e das representações, onde tudo é texto e, de outro, as questões de gênero. Até que ponto são promissoras essas vertentes?

– Eu diria que a história dos discursos pode ser comparada em seus efeitos à irrupção de um gás que acaba permeando tudo, mas ao custo de sua presença ir se tornando cada vez mais tênue. Cada vez mais lemos trabalhos sobre discursos que, não fosse pelo uso que fazem da palavra "discurso", seria impossível distinguir do que se costumava chamar de história das idéias (o que não é necessariamente um mal).

Quanto à história de gênero, penso que se trata de algo muito diferente, uma vez que, antes mesmo de constituir um enfoque novo, aborda um tema importantíssimo de que a história tinha se esquivado. Por outro lado, trata-se de um tema extremamente difícil, porque apresenta, e com a máxima gravidade, os

problemas de qualquer história que ambicione dar lugar a grupos subordinados. Uma das conseqüências de ser grupo subordinado é deixar muito poucos rastros, e a escassez de testemunhos impõe uma certa audácia na interpretação. O problema torna-se ainda mais complexo porque a história de gênero, que ambiciona reconstruir esse tema específico, se acha inserida ao mesmo tempo em um esforço mais amplo que visa conseguir que o grupo subordinado que lhe oferece seu tema deixe de ser subordinado.

Temos aqui uma das conseqüências da descentralização da disciplina: as interpretações necessariamente audazes que essa temática impõe são com freqüência orientadas a reivindicar para o grupo, cujo passado explora e como qual se identifica,
central que ficou vazio. De qualquer forma, essa circunstância pode até aumentar as dificuldades da tarefa, mas não a torna menos legítima nem necessária.

– Para terminarmos com os problemas do campo fragmentado e das novas histórias, o que ultimamente está sendo colocado em evidência é a questão do meio ambiente e das tecnologias na perspectiva histórica. Existem aqui realmente subcampos?

– Não sei. A história da tecnologia aborda um tema importantíssimo. Ou, talvez melhor, temas. Não sei se é fácil avançar do estudo de inovações tecnológicas precisas para a reconstrução de um processo histórico centrado nos avanços da tecnologia. Além disso, acontece um problema muito curioso com o florescimento e a exaustão de tantos subcampos (embora não me pareça ser este o caso da tecnologia). No início está o aparecimento de um livro fascinante, com o qual o subcampo faz seu ingresso triunfal, mas os que vêm em seguida são cada vez menos fascinantes, na medida em que se parecem demasiadamente como primeiro, e a gente termina se perguntando se o que havia ali era uma nova subdisciplina ou somente um novo livro.

– Como argentino com vários lustros no meio acadêmico norte-americano, o senhor acha que tem interlocutores neste país, sejam eles latino-americanistas ou não?

– Se interlocutores significa pessoas com as quais gosto de me encontrar e tenho sobre o que falar, estou certo de que sim. As diferenças provêm sobretudo da geografia deste país, que faz com que às vezes, para se ter as conversas que em Buenos Aires acontecem no café da esquina, seja necessário pegar um avião e ter o encontro em um desses hotéis horrendos, em frente de um café também horrendo (embora estes últimos tenham melhorado consideravelmente). Em suma, as diferenças estão mais nas circunstâncias do intercâmbio intelectual do que em seu conteúdo.

– No entanto, fala-se muito, tanto entre latino-americanos como entre certos norte-americanos, da tradição anti-intelectual norte-americana. Qual tem sido a sua experiência a respeito com os latino-americanistas e não-latino-americanistas?

– Parece-me excessivo falar de uma tradição antiintelectual norte-americana. É possível que aqueles que a denunciam o façam como reação a dois aspectos que resultam igualmente chocantes para os latino-americanos. Um é a total falta de veneração, e até mesmo de compreensão, da tradição continental européia, sobretudo a franco-alemã (digamos de Descartes a Heidegger), que, de nossa parte, tendemos a colocar no centro do firmamento intelectual. Lembro-me de que em um exame de doutorado ouvi um colega, acho que sociólogo, liquidar Hegel com a afirmação de que ele só teria dito coisas sem importância. Mais que de uma tradição antiintelectual trata-se da

identificação excludente com a tradição intelectual anglo-saxônica, que traz como conseqüência, para dizê-lo à mexicana, o menosprezo de tudo o que nela não se encaixa. Como as conseqüências nos aborrecem, e com razão, nos recusamos a admitir que esta é a contrapartida negativa de algo muito positivo: a existência de uma tradição vernácula muito mais forte que a nossa, pobres latino-americanos, que desde que tivemos de renunciar ao que a Península Ibérica nos legou nos vimos obrigados a ser abertos e hospitaleiros, porque em caso contrário ficaríamos sem nada. O outro aspecto igualmente chocante é a concepção de trabalho que acolhe idéias como a de um campo de especialização profissional nem melhor nem pior que os outros. Isto escandaliza o intelectual latino-americano, que cultiva a esquizofrenia e prefere, ao invés considerar-se ao mesmo tempo um marginalizado total e o legislador secreto do mundo, e que não se reconcilia com a idéia de que não é nenhuma das duas coisas, devendo limitar-se a fazer o trabalho pelo qual é pago.

– *Depois de morar tantos anos nos Estados Unidos, o senhor continua sentindo-se parte dessa esquizofrenia peculiar do intelectual latino-americano?*

– Sim e não. De um lado, basta colocar um pé em Buenos Aires para reincorporar-me a esse outro contexto. De outro, o meio acadêmico norte-americano tem mostrado ultimamente que gostaria de esquecer como estão as coisas no país relativamente ao lugar do intelectual. Isto se reflete, por exemplo, na evocação recente, tão nostálgica e afetuosa, daqueles que se passou a apresentar como "os últimos intelectuais norte-americanos", os quais na década de 30 não tinham sido ainda absorvidos pelo mundo acadêmico; ou na descoberta fascinada da historiografia francesa, em um momento nada brilhante para ela, o que também tem a ver com o atrativo que se descobriu no perfil do grande intelectual europeu; ou ainda na exacerbação recentemente assumida pelas polêmicas ideológico-historiográficas, que vistas de fora do mundo acadêmico poderiam parecer batalhas navais em um vaso de água, mas se justificam pela ilusão de que aqueles que nelas se enfrentam encarnam já esse tipo distinto de intelectual.

Existem ainda outros elementos mais positivos no contexto dessa metamorfose, que temo seja quase totalmente imaginária. Um deles é o surgimento da lingüística como nova rainha das ciências, depois de um extenso período em que a história esteve sujeita à arrogante hegemonia das ciências sociais.

– *Para terminarmos com os contrastes entre a América Latina e os Estados Unidos, poderia nos dar suas impressões sobre o nacionalismo norte-americano, que se nos apresenta como um sentido maduro de consciência democrática?*

– No que diz respeito à América Latina, o nacionalismo norte-americano tem duas conseqüências negativas. A que de imediato choca mais é a identificação de alguns estudiosos norte-americanos com a empresa nacional dos Estados Unidos, o que os leva a ignorarem que seu impacto sobre a América Latina esteve longe de ser sempre positivo. Mas essa corrente, aguerridamente apologética, mantém uma influência limitadíssima no campo dos estudos latino-americanos. Mais insidiosos são outros efeitos negativos do enraizamento da vida acadêmica norte-americana em uma tradição intelectual forjada em uma experiência histórica específica, que faz com que seja ignorado ou distorcido tudo quanto nela não se encaixa, transformando implicitamente os Estados Unidos em paradigma universal.

As conseqüências disso são percebidas a cada passo. Em um nível algo rudimentar pode-se vê-las nos comentários sobre a

ex-União Soviética: com certa freqüência, descobre-se que muito do que se descreve como invenção aberrante do totalitarismo stalinista faz parte de um patrimônio institucional comum a muitas nações européias (por exemplo, a figura do juiz de instrução, cuja mera existência – à margem do uso monstruoso que dele fez o regime – provoca explosões indefectíveis de surpresa indignada). No campo dos estudos latino-americanos, tais conseqüências se fazem sentir de maneira um pouco mais sutil. Assim, na história das idéias é esquecida a contribuição de qualquer tradição que não seja a ibérica, embora com freqüência ela só seja admitida como um fato histórico deplorável. É claro que com esses pressupostos não se consegue entender nada do que foi nossa vida das idéias nos últimos dois séculos. Curiosamente, seguindo uma tendência que vem se acentuando a partir do fim do socialismo, a aceitação do gabarito norte-americano difundiu-se entre nós graças à influência crescente que a esquerda norte-americana exerce sobre as nossas esquerdas. Exemplo notável disso são as tentativas de redefinir a problemática das relações entre os indígenas e a nação com base nas pautas propostas pelo movimento dos *native Americans* nos Estados Unidos, que de forma alguma parecem as mais relevantes para um contexto histórico muito distante do norte-americano.

– Neste sentido, o senhor acredita que os temas do multiculturalismo, tão caros à esquerda norte-americana, terão alguma influência na América Latina?

– Acredito que sim, na medida em que a inspiração norte-americana se torna cada vez mais avassaladora em todas as áreas. Não posso, porém, adivinhar como essa influência se fará sentir. O que presenciamos nos Estados Unidos é o desdobramento final de um processo de assimilação que no passado conseguiu incorporar com êxito grupos étnicos inteiros, em vez de indivíduos, através de seu ingresso enquanto tais no sistema político. Como resultado, este país parece muito mais um mosaico multicultural do que na realidade é. Na medida em que continua sendo um sujeito político, o grupo étnico manterá sua coerência depois de ter-se esvaziado quase por completo de seus conteúdos culturais específicos.

Hoje, continua sendo praticado o mesmo método de assimilação quase indolor, porque inadvertida, que funcionou eficazmente no passado, mas a situação é radicalmente nova. A ascensão econômica e social que constituía o prêmio para os que se entregavam a esse processo de assimilação tornou-se muito mais difícil, precisamente no momento em que a tarefa de incorporação também se tornou mais difícil em razão da índole dos grupos a que ela agora deve se estender. No caso dos hispânicos, vanguarda de um avanço que reflete a mudança de sinal no equilíbrio demográfico em escala continental, é difícil
século de convivência em Miami, San Antonio e Los Angeles possa provocar neles as metamorfoses já consumadas com os irlandeses, os italianos e os judeus de centros urbanos mais antigos do norte e do leste. Mas tudo isso tem muito pouco a ver com os problemas de uma sociedade que, como a latino-americana, foi estratificada em castas, e é difícil esperar algo de bom da importação dessas receitas para uso em um contexto irremediavelmente exótico, quando elas já perderam sua eficácia até mesmo em seu ambiente nativo.

2. A historiografia latino-americana nos Estados Unidos: da lógica editorial e da "respeitabilidade acadêmica" à crise dos "catecismos"

– Passando para outro tema, qual a densidade da presença da produção la-

tino-americana no mundo acadêmico norte-americano? A impressão que se tem de dentro dos Estados Unidos é que aqui se publica muitíssimo, porém se traduz muito pouco. Mesmo correndo o risco de personalizar e sabendo que isto não lhe agrada, o caso de sua Historia contemporanea de América Latina *é bastante ilustrativo – está na 13ª edição em espanhol, foi traduzido para uma meia dúzia de línguas, mas somente no final de 1993 apareceu publicado em inglês. De maneira geral, não é necessário ser especialista para constatar a ausência de historiadores latino-americanos, que deram contribuições importantes mas não foram traduzidos. Além das razões óbvias do setor editorial, tudo parece indicar que no ambiente acadêmico norte-americano dominam as auto-referências.*

– Na minha opinião, a escassez de traduções tem causas bastante simples. O público para esses livros, já em si mesmo reduzido, em geral domina o idioma em que eles estão escritos. Para que um livro sobre a América Latina aspire a um público amplo o suficiente para viabilizar comercialmente sua publicação em inglês é necessário que alcance um certo nível de generalidade, e a maior parte desses livros tem origem fora da América Latina (não convém, todavia, esquecer o sucesso da obra de Cardoso y Faletto e o do ainda mais entusiasmante *Las venas abiertas de América Latina*, de Galeano).

Quanto ao livro acadêmico, destinado a um público necessariamente mais restrito, existem outras circunstâncias que militam contra a abundância de traduções. Em primeiro lugar, existe nos Estados Unidos uma idéia muito precisa da estrutura que deve ostentar uma obra que aspire à respeitabilidade acadêmica, e mesmo os autores mais inovadores sabem bem que devem observá-la – por exemplo, todo livro precisa de um capítulo final de conclusões, embora estas tenham sido apresentadas à exaustão ao longo do trabalho e o capítulo acrescentado não acrescente em verdade mais nada. As obras latino-americanas que não se enquadram nessas regras retóricas rígidas aparecem por isso mesmo como suspeitas de pouco rigor.

Além do mais, boa parte dessas publicações acadêmicas só são possíveis graças a subvenções, e no critério para a distribuição destas influi uma peculiaridade cada vez mais anacrônica da vida profissional norte-americana: é quase impossível obter-se uma posição permanente na universidade sem ter publicado um livro em uma editora universitária. Não surpreende que instituições que se ocupam em fomentar a vida acadêmica dêem prioridade a assegurar a estabilidade dessa mesma vida acadêmica, em lugar de difundir obras de historiadores latino-americanos, em última instância acessíveis em sua língua originária.

– Caso esteja de acordo, gostaria que passasse a comentar a área de intercâmbio historiográfico entre a produção latino-americana e a norte-americana. Há alguns anos, em um ensaio em que avaliava o estado da historiografia latino-americana, o senhor defendia que a Revolução Mexicana foi provavelmente um dos poucos temas que produziu não apenas uma pesquisa muito vasta, mas também debate.
Com referência a esse caso, ou a qualquer outro que o senhor queira citar, quais as diferenças que acredita existirem em matéria de preocupações, agendas e estilos de trabalho entre o que se faz na América Latina e o que se faz nos Estados Unidos?

---

* Trata-se de um artigo sobre o estado da historiografia latino-americana incluído em Christopher Mitchel (org.), *Changing perspectives in Latin American studies: Studies from six disciplines*, Stanford University Press, Stanford,

– No caso da Revolução Mexicana, o que me interessava destacar não era tanto a existência de debate mas a acumulação de material suficiente sobre a mesa para que o leitor não ficasse dependente de apenas uma das versões em debate.

Quanto à pergunta central, acho que se descobre cada vez mais uma perspectiva comum naquilo que se faz na América Latina e nos Estados Unidos, em parte como decorrência de certa internacionalização da profissão. Meu ponto de vista a respeito pode estar um pouco distorcido pela experiência argentina, na qual a internacionalização foi até certo ponto forçada, mas não são poucos, por exemplo, os historiadores peruanos que hoje a enfrentam por razões estritamente econômicas.

Essa internacionalização não se traduz em homogeneização, mas multiplica contatos que possibilitam a mútua fecundação das duas tradições historiográficas, que nesse meio tempo perderam boa parte de sua rigidez original.

A abertura dos historiadores norte-americanos à influência européia, que está finalmente alcançando os que se ocupam da América Latina, teve efeitos análogos, embora menos contundentes, aos que entre nós provocou a crise do marxismo. Onde antes existia uma diferenciação bastante nítida entre dois estilos historiográficos muito precisos, hoje predomina, nos dois lados, certa balbúrdia devida à multiplicidade de discursos. Mas por trás dela se descobre, por exemplo, que no campo da história colonial as perspectivas dos historiadores norte-americanos e dos latino-americanos estão muito mais próximas do que há 20 anos – em parte porque a perspectiva deles mudou, mas sobretudo porque a nossa mudou muito mais.

Acontecia antes que com freqüência falávamos línguas mutuamente incompreensíveis. Lembro-me de um estudante de pós-graduação argentino a quem coube, em um seminário sobre história européia, comentar uma série de artigos sobre a economia medieval. Na introdução de sua apresentação, foi enfático: "No fundo, todos esses trabalhos se ocupam da transição." Essa afirmação lhe parecia totalmente transparente e precisa, mas aos demais, inclusive ao professor, que nunca tinham ouvido falar do problema da transição entre modos de produção (expressão que tampouco lhes era familiar), não lhes dizia absolutamente nada.

Depois disso, ocorreu nos Estados Unidos uma abertura tardia à influência européia, que incluía a de um marxismo quase *in articulo mortis*. Foi assim que começaram a circular certas palavras, como "sobredeterminação", que durante algum tempo foram utilizadas sob qualquer pretexto, mas isto alterou menos a situação do que a dissipação da influência que teve entre nós o catecismo marxista.

– Uma pergunta relacionada à homogeneização: atualmente tem-se a impressão de que existe na América Latina uma preocupação nova e mais intensa com o trabalho de arquivo – talvez não tão nova para os colonialistas. No entanto, na América Latina o tema do acesso a fontes apresenta um quadro bastante desconfortante, mais dramático na Argentina do que no México, por exemplo. Que comentários merece o tema dos arquivos? O senhor acha que, além da negligência dos governos, existe algo nos vínculos da sociedade civil construída ao longo de dois séculos que explique a escassez de fontes?

– Eu faria uma distinção entre a Argentina e o pouco que conheço do resto da América Latina. Nenhum outro país lida tão mal com as questões de arquivos e repositórios como a Argentina. Do outro lado do rio da Prata, Montevidéu conta com uma biblioteca nacional com um acervo bibliográfico menor, mas que tem e pode tornar disponíveis os livros que diz ter. O mesmo acontece com os arqui-

vos uruguaios. No resto da América Latina o estado dos arquivos é menos calamitoso do que se poderia supor diante da situação geral dos países, que às vezes é pavorosa.

Mesmo na Argentina, porém, as coisas já apresentam melhoras – o controle feudal dos arquivos é menos freqüente do que há algumas décadas. Lembro-me de que no arquivo de Santa Fe, quando manifestei interesse em ler as atas municipais da colônia suíça de Esperanza, o diretor, um cavalheiro amabilíssimo, me informou que isto era impossível, porque ele as reservara para trabalhá-las ele mesmo no futuro, para o que precisaria aprender alemão, coisa que também se propunha fazerem algum momento. Na mesmaépoca seu colega de Salta deduzira de uma leitura estapafúrdia das advertências de Toynbee contra a história de tesoura e cola que os arquivos eram centros de corrupção de talentos historiográficos, e esmerava-se em dificultar o acesso ao acervo que dirigia. Hoje a situação mudou, mas na Argentina, ao que parece, os arquivos provinciais funcionam melhor que o nacional, em parte porque dispõem de menos material para manejar e em parte porque este último encontra-se em estado patológico.

—Mas, além desses aspectos institucionais lamentáveis e dando-se o devido desconto à minha ignorância sobre arquivos na América Latina fora da Argentina, a impressão que tenho é que, diferentemente, por exemplo, da sociedade norte-americana, que nos séculos XIX e XX produziu uma massa de informações que hoje se encontra impecavelmente acumulada, nas sociedades latino-americanas parece não existir o costume de acumular.

– Isto não tem a ver apenas com o interesse ou a indiferença a respeito do passado, uma vez que a documentação norte-americana não foi acumulada por curiosidade histórica. O que os arquivos recolhem são os resíduos de um Estado que funciona. É por isso, por exemplo, que a documentação deixada pela administração colonial é mais rica do que a deixada pelo início do período da independência.

– Mas não se poderia dizer que, no caso norte-americano, grande parte da documentação do século XIX tem pouco a ver com um Estado que na verdade era muito pequeno, algo assim como uma rede de agências do correio?

– Isto é verdade quanto ao Estado federal, mas não no que diz respeito aos estados e mesmo aos condados.

– Quando esses mesmos problemas são colocados no contexto da sociedade civil, as diferenças também são muito marcantes. Nos Estados Unidos há arquivos de instituições de todos os tipos. Pergunto-me se, no caso latino-americano, esse material realmente existiu ou se o que aconteceu foi somente um problema de negligência e falta de cuidado na preservação.

– É certo que o interesse ou a indiferença coletiva influi no fato de haver ou não preservação, mas acho que seus efeitos são em boa parte afetados pela ação ou inação do Estado. Enrique Barba dizia, por exemplo, que um exame de quanto a Argentina gasta nessas rubricas levaria à conclusão de que esse valor não é muito menor do que o gasto em outras partes, mas seu resultado muitíssimo inferior é devido a razões ligadas à crise crônica da política e da administração.

– O senhor não acha, portanto, que essas diferenças na preservação de documentos têm a ver com sociedades civis dotadas de consciência histórica, e sim com burocracias eficientes...

– Na medida em que dependemos dos papéis que elas produzem, esta parece uma conclusão a que é difícil escapar,

embora eu tenha de admitir que as burocracias eficientes não podem surgir no vazio.

3. América Latina: historiografias, historiadores e realidades nacionais

– Em geral, se poderia dizer que nos Estados Unidos um latino-americanista é alguém que conhece algum período de algum país e que, além disso, leciona sobre a América Latina em geral. Para o senhor, o que é um latino-americanista na América Latina, se é que esta figura existe?

– Na América Latina, esta figura não precisa existir. Que lugar ocupa aí um latino-americanista na vida acadêmica? Rege uma cadeira de história latino-americana para estudantes que terão de aprendê-la em três ou quatro livros, porque não há mais que isso. O que há na América Latina são historiadores de um país ou um de período, que assumem também essa tarefa.

– Mas existem exemplos de "latino-americanistas" latino-americanos, sendo o senhor mesmo um dos mais notáveis — historiadores que fizeram história latino-americana em sentido amplo. Geralmente são pessoas que viveram em vários lugares da América Latina por questões às vezes trágicas... Mas são poucos os casos. E das novas gerações de historiadores latino-americanos, os que hoje fazem história latino-americana o fazem porque parte de seu trabalho ou educação se desenvolveu nos Estados Unidos.

Ainda assim, quando se fala de historiadores latino-americanos que ensinam história latino-americana quase sempre se trata de história mexicana, um pouco de história argentina e de história brasileira – mas geralmente permanece constante o peso da história mexicana. O senhor acredita que as antigas gerações de historiadores latino-americanos tinham uma perspectiva mais latino-americana que as novas gerações de latino-americanistas brasileiros, mexicanos, argentinos ou peruanos?

– Pode ser, embora no caso da Argentina talvez sejam mais numerosos os que passaram pelo México e aprenderam a ver em perspectiva latino-americana sem a intermediação dos Estados Unidos. Quanto à concentração em torno da história mexicana, parece-me que existem razões objetivas para tanto. Em 1810 o México tinha uma população que era a metade da população da América Espanhola e, por outro lado, sua experiência histórica tem uma riqueza e variedade tais que nunca faltam temas novos e interessantes para pesquisa.

Além disso, eu me pergunto se a visão mais latino-americana das antigas gerações não era decorrência mais de deficiência que de um excesso. Com isto não quero dizer que talvez soubessem pouco da América Latina em conjunto, mas que quando desciam a um nível menor de generalidade as lacunas se multiplicavam. Finalmente, não acho que exista uma concentração exclusiva no México, na Argentina e no Brasil. A área andina parece-me hoje uma das mais dinâmicas.

– Nessa perspectiva latino-americana, além das diferenças evidentes entre as tradições historiográficas anglo-saxônica e latino-americana, haveria diferenças entre as formas de escrever a história nos distintos países da América Latina? O senhor, historiador realmente latino-americano, vê alguma particularidade na maneira de escrever a história entre Argentina, Brasil e México, para citar três países?

– Sim, na medida em que a tradição historiográfica é distinta em cada país.

– Muito distinta?

– Não tão distinta quanto entre os Estados Unidos e a América Latina, mas entre

nossos países há diferenças historiográficas, de estruturação profissional da disciplina e de tradição ideológica. Parece-me, por exemplo, que o que torna Luis González um historiador tão notável só é possível no México. De fato, Luis González propõe uma imagem da experiência histórica mexicana mais próxima da de Lucas Alamán que da visão liberal e revolucionária, e o faz de uma maneira deliciosamente mexicana: escolhendo com tato admirável o veículo que lhe permitiria apresentar essa visão dissidente de maneira tolerável para o México de seu tempo – uma história de San José de Gracia que na verdade é válida para a metade do México. Esse exercício, a que devemos uma obra-prima, só pôde nascer no contexto político e ideológico mexicano, não podendo, portanto, existir um Luis González argentino ou brasileiro.

Quanto ao Brasil, tenho vergonha de confessar que não conheço sua historiografia tão bem quanto gostaria e deveria, mas me parece que tem uma tradição sem dúvida mais polida que a Argentina (que tem um passado de país de fronteira) e mesmo que o México. Tem além disso uma tradição institucional maior (não necessariamente de instituições que pagam salários, porque – e parece-me que também isso faz diferença – até pouco tempo boa parte das pessoas que faziam história não precisavam de salário). Sob esse aspecto, já no século XIX o Brasil poderia dar-se ares de uma Europa tropical, o que não valia para o México e menos ainda para a Argentina, que até ontem foi o país das rupturas institucionais.

– Entre os três países mencionados, e nos últimos 10 anos, qual o senhor acha que tem uma história institucionalizada mais sólida?

– O Brasil, onde os militares desenvolveram uma política acadêmica parecida com a de Luis Echeverría no México. A diferença é que, enquanto Echeverría proclamava sua afinidade ideológica com os herdeiros de 68, para os quais criou um imenso e custoso aparato acadêmico, no Brasil essa afinidade certamente não existia. Ainda assim, graças em parte a uma prosperidade mais sólida que a mexicana, o Brasil dos militares lançou as bases de um aparato institucional que permitiu a rápida expansão do quadro de historiadores profissionais. Na Argentina, embora em um contexto econômico muito menos favorável devido à penúria crescente do Estado, os últimos 10 anos de estabilidade política introduziram um ritmo regular no trabalho dos centros acadêmicos que se reflete no surgimento igualmente regular de novas levas de historiadores com sólida formação profissional.

– Os padrões não estariam mais elevados?

– Eu diria que a diferença está em que hoje existem padrões. O que antes caracterizava a Argentina é que a gente não precisava surpreender-se com nada. Não chegaria a afirmar que tudo o que se faz agora leva a marca do gênio, mas – para dizê-lo com simplicidade – certas coisas já não são toleradas.

– No prólogo da última edição de sua Historia contemporanea *o senhor reconhece que, embora tenha se esforçado para se manter imparcial diante das propostas otimistas da revolução ou do desenvolvimento, esse clima de idéias impregnou o livro, escrito nos anos 60. Qual o clima de idéias que acompanha a nova versão?*

– O que o prólogo refletia era a percepção de uma situação nova que me parecia latino-americana e que agora me parece mais mundial. Está em curso uma transformação econômica muito radical promovida, como queriam os conservadores, pelo simples jogo das forças econômicas, e não porque a ideologia con-

servadora tenha ganho a batalha e com ela a lealdade dos donos do Estado. Eu diria que é o contrário: descobriu-se que o Estado já não pode influir no processo econômico como fez a partir de 1929, e a conversão ao conservadorismo parece às vezes uma tentativa de se fazer da necessidade virtude.

Esta renúncia ao controle da economia por meio da política não é devida apenas à descoberta de que o Estado pode fazer muito menos do que fazia, mas também ao fato de ser menos claro o que ele deveria fazer no caso de poder fazer alguma coisa, uma vez que teria de reagir a transformações rapidíssimas e de rumo incerto. Para dar um exemplo de que nós argentinos nos lembramos muito bem, na década de 70 era costumeiro se contrastar o êxito do Brasil na criação de uma estrutura industrial moderna com a manutenção da nossa, totalmente obsoleta, enquanto perdíamos tempo às voltas com a guerra civil. Hoje o que se afirma é que o grande problema do Brasil consiste em arrastar uma estrutura industrial totalmente obsoleta herdada do frenesi industrializador dos anos do milagre. Ao que parece, o esforço de preparar-se para o futuro só garantiu ao Brasil um futuro de três anos de prazo.

– E por falar em pessimismo, o senhor já adiantou que um dos argumentos centrais da história argentina que está escrevendo é o do fracasso histórico da Argentina, um país que se prepara para um grande destino e, em um dado momento, vê esse destino lhe escapar. Essa experiência de fracasso é única na América Latina? Afinal de contas, em muitos outros lugares se insistiu nos grandes destinos nacionais...

– A frustração diante do fracasso de um destino de grandeza pode ser conseqüência, não do fracasso, mas da decisão inicial de que esse destino de grandeza existia. No México, por exemplo, durante muito tempo se acreditou, sob a palavra de Humboldt e outros, que ele era o país mais rico do mundo. Enquanto acreditaram que isto era verdade, os mexicanos se fascinavam e indignavam diante do mistério que era o fato de, em um país tão rico, serem eles quase todos pobres. Esse mistério tornou-se menos misterioso quando descobriram que seu país não é o mais rico do mundo.

A Argentina decidiu que tinha um destino de grandeza porque durante mais de um século achou que o que tinha para oferecer ao mundo era exatamente o que o mundo queria receber. O fim disto tudo provocou uma amargura muito compreensível, mas não coloca um problema histórico demasiado complicado.

– E o Brasil...

– Acontece que tenho uma fé muito grande no Brasil, que é deveras um país jovem, um país de fronteira, coisa que o México talvez nunca tenha sido e a Argentina há muito deixou de ser.

Acho que é por isso que, toda vez que o Brasil deixa para trás uma de suas fases ruins, dá um salto impressionante para a frente e, embora a fase que agora está atravessando pareça ser a pior de todas, provavelmente ele a superará da mesma maneira.

– Isto tem a ver com o tamanho?

– Com o tamanho, com a abundância de terra, com a existência de uma enorme reserva de mão-de-obra que a Argentina nunca teve. Boa parte dos problemas da Argentina provém deste último. Por exemplo, a classe trabalhadora que Perón encontrou figurava entre as mais bem pagas do planeta, o que explica muitos dos dilemas que enfrentou, em parte porque a abundância de terra que havia compensado isso já era coisa do passado.